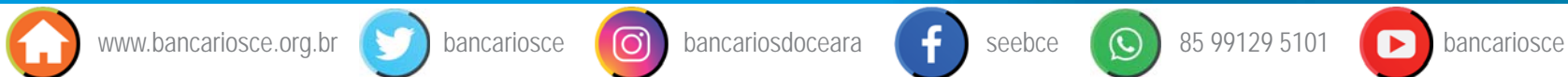




Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1648 | 11 A 16 DE JANEIRO DE 2021



www.bancariosce.org.br

[bancariosce](#)

[bancariosdoceara](#)

[seebce](#)

[85 99129 5101](#)

[bancariosce](#)

ENTIDADES SAEM EM DEFESA DA CAIXA E DE SEUS EMPREGADOS



A Campanha de Valorização foi lançada no dia 28/12 com o objetivo de mostrar para a sociedade a importância dos trabalhadores que atuam para manter a Caixa forte para todos **(pág. 5)**

Eleição Caref BB: Sindicato orienta voto em Débora Fonseca. Votação vai até o dia 14/1 (pág. 3)

Itaú esclarece sobre compensação de horas. COE quer se reunir com o banco para definir regras da compensação (pág. 8)

VACINAÇÃO: NOSSA LUTA É POR IMUNIZAÇÃO COLETIVA E VACINA PARA TODOS!



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará

O ano de 2021 já iniciou com vários desafios e o principal dele, como em 2020, é o combate à Covid-19. A pauta do dia é o plano de vacinação onde, mais uma vez, o governo Bolsonaro parece estar perdido. Sem qualquer previsão de quando se inicia ou como será executado, o Brasil ficou para trás na corrida pela imunização, enquanto mais de 50 países, inclusive da América Latina, já iniciaram o processo.

Desde o início da pandemia, a condução da Saúde no governo Bolsonaro tem sido desastrosa. Sem programa e perspectivas estruturadas para uma vacinação estratégica da população, a rede privada de saúde passou a flertar com uma possível oferta de vacina paga pelo paciente, fora do Programa Nacional de Imunização do SUS. Mas as críticas são muitas: desde questões sociais a até científicas, afinal a vacinação só será eficaz se o maior número possível de pessoas for imunizada. Não adianta uns pouco abonados tomarem a vacina e a maioria da população, que só tem como opção esperar pelo SUS, não. Vacinação é uma estratégia coletiva, não uma decisão individual. Vacina não é remédio. Se você se vacinar e todo o seu entorno não, o vírus pode fazer uma mutação e sua vacina não servir de nada. Por isso, a OMS trabalha para que todos os

países vacinem suas populações, porque se em algum lugar isso não ocorrer, todo o esforço poderá ser perdido. A vacinação seletiva não é a solução.

Além disso, numa sociedade como a nossa, marcada por gigantescas desigualdades sociais, é moralmente inaceitável que a capacidade de pagar seja critério para acesso preferencial à vacinação contra a Covid-19. É inadmissível permitir que pessoas com dinheiro pulem a fila de vacinação por meio da compra de vacinas em clínicas privadas. Por sua vez, Bolsonaro segue atacando vacinas, mantendo seu negacionismo a respeito do vírus, e ainda suspende a compra de seringas alegando que o preço atual está muito alto. Dessa forma, a deliberada incompetência desse governo vai criando um verdadeiro mercado da morte do qual quem pode pagar tem a chance de escapar e onde quem não tem dinheiro pode vir a ser condenado. Num momento da necessidade de fortalecimento do SUS, que tem competência para promover essa imunização coletiva, o governo Bolsonaro patina, fortalecendo mais uma vez o setor privado.

Enquanto isso, nós bancários também estamos encampando nossa luta para sermos incluídos como categoria prioritária para receber a vacina, logo que alguma esteja disponível no Brasil. Estivemos, desde o início da pandemia, na linha de frente no atendimento à população, trabalhando, da melhor forma possível, para viabilizar as políticas públicas e girar a economia num dos momentos mais críticos da humanidade. Adotamos medidas protetivas, mas seguimos atendendo, adoecendo e vidas também foram perdidas nesse processo, mesmo com todo o processo de negociação para proteger a categoria. Merecemos e precisamos ser tratados como categoria prioritária já que fomos inseridos como trabalhadores de serviços essenciais durante a pandemia.

Enfatizamos também, mais uma vez, que defendemos o SUS e a imunização coletiva para toda a população. A abertura da vacinação para clínicas privadas pode impactar negativamente o controle da pandemia, aumentar as desigualdades sociais na saúde e os riscos relativos ao prolongamento da circulação do vírus na nossa população. Queremos um plano nacional de vacinação efetivo e urgente, com a categoria bancária sendo uma das prioritárias nesse processo. Lutamos pela garantia de que todos os trabalhadores de serviços essenciais possam trabalhar com segurança para si e para quem atendem. Vacina para todos. Estamos #nalutacomvocê.



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
 Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
 Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

DÉBORA FONSECA É PRIMEIRA COLOCADA NA ELEIÇÃO DO CAREF. SEGUNDO TURNO COMEÇA DIA 29/1

Débora Fonseca foi a primeira colocada na eleição para representante dos funcionários no Conselho de Administração do Banco do Brasil (Caref). Ela recebeu 10.907 votos, mas não alcançou 50% mais um dos votos válidos, para liquidar a eleição no primeiro turno. Haverá segundo turno com o segundo colocado, Aristides Milton Café, que teve 2.245 votos.

O Sindicato dos Bancários do Ceará, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a grande maioria dos sindicatos de bancários apoiam a eleição de Débora, que tem como principal plataforma a defesa do BB como instituição pública. Ela é contra a privatização e o enfraquecimento do BB e contra a venda de suas subsidiárias. No plano de reestruturação do banco, anunciado pela direção do BB esta semana, Débora se manifestou contrária à medida, considerada uma forma de desmontar o BB enquanto banco público.

Débora é candidata à reeleição. Nestes dois anos de mandato, fez o contraponto às teses privatistas no Conselho de Administração e participou de inúmeras atividades em defesa do BB como instituição pública, procurando apoio junto a parlamentares, membros do Poder Executivo, associações e entidades de classe de trabalhadores e empresariais.

“Agradeço a todos e todas pelos 10.907 votos recebidos no primeiro turno. Conto com vocês no segundo turno para que, juntos, possamos defender o BB público e a valorização dos funcionários e funcionárias. O pessoal do BB vai demonstrar mais uma vez sua capacidade de resistência”, afirmou Débora.

2º TURNO – A votação do 2º turno da eleição do Caref BB acontece de 29 de janeiro a 4 de fevereiro. Bancário do BB, vote Débora Fonseca para que ela leve a voz, a visão e os questionamentos das funcionárias e funcionários até a alta administração do banco. Para saber mais acesse o site deborafonsecacaref.com.br ou pelas redes sociais: Débora Fonseca Caref.

Juntos contra a privatização do BB

O Caref deve definir a atuação estratégica do banco. Deve ser o contraponto e a resistência a qualquer tentativa de desmonte do BB. Deve atuar sempre junto com os funcionários, com suas entidades sindicais e associativas e com setores da sociedade que dependem do banco para produzir e gerar emprego e renda.

- ✓ Defender o BB como instituição pública a serviço da sociedade
- ✓ Ampliar a participação do banco em todos os segmentos do mercado financeiro
- ✓ Contra a privatização do banco e a venda de suas subsidiárias
- ✓ Melhorar a rede de atendimento e ampliar a presença do BB em todo o país
- ✓ Fortalecer o BB como instituição pública de crédito e motor da economia
- ✓ Definir o modelo de negócios do banco e a estratégia da empresa para melhor atender à sociedade
- ✓ Consolidar e ampliar a atuação do banco como banco da agricultura familiar, da agricultura empresarial e do agronegócio
- ✓ Incorporar as novas tecnologias, preservando o nível de emprego.
- ✓ Atuar para reverter o processo de enfraquecimento e redução da participação do banco no mercado



Juntos pela valorização dos funcionários

O Caref é impedido por lei de votar em questões relativas aos funcionários. Mas pode e deve defender os interesses e a visão dos trabalhadores em todos os espaços, inclusive no Conselho de Administração.

- ✓ Trabalhar pela valorização e reconhecimento dos funcionários
- ✓ Defender a preservação de salários, benefícios, direitos e postos de trabalho
- ✓ Trabalhar para que os funcionários das dependências interfiram na elaboração do orçamento e acordos de trabalho
- ✓ Cassi e Previ para todos, com responsabilidade do banco e adesão dos funcionários dos bancos incorporados
- ✓ Igualdade de oportunidades para todos e por políticas afirmativas de equidade de gênero
- ✓ Respeito aos funcionários nos processos de reestruturação e adaptação às novas tecnologias.
- ✓ Contra o assédio moral nos locais de trabalho

para

CAREF

vote **F2331616**

Débora Fonseca

ACORDO EMERGENCIAL: FUNCIONÁRIOS DO BB AGUARDAM POSIÇÃO DO BANCO SOBRE DECISÃO DO STF

Os funcionários do Banco do Brasil aguardam que a direção do banco se posicione sobre a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), de prorrogar o acordo emergencial que protege a categoria da pandemia do coronavírus (Covid-19). O acordo, entre outros pontos, prevê o compromisso de não descomissionamento por desempenho, bem como impede o retorno ao trabalho presencial

enquanto durar a pandemia do coronavírus. A prorrogação foi decidida no dia 30 de dezembro do ano passado por liminar. O acordo perderia validade no dia seguinte (31 de dezembro).

A decisão do ministro veio a partir de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Rede. Análise da decisão do ministro, feita pelo escritório Crivelli Advogados Associados, avalia que as regras do acordo permanecem vigentes desde o dia 1º de janeiro de 2021. A prorrogação é válida, de acordo com a análise do escritório de advocacia, para as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho e dos Acordos Coletivos de Trabalho.

A Rede entrou com uma ação porque



o decreto estabelecia como término o dia 31 de dezembro. O ministro Lewandowski recebeu e deferiu o pedido cautelar, para que as medidas de isolamento, de quarentena, não terminassem no dia 31 e continuassem válidas enquanto durar a pandemia. Agora vai para o plenário do STF, que vai validar ou não a decisão.

BANCO DE HORAS – Outra questão que precisa ser decidida é sobre a compensação das horas negativas. O banco de horas negativo não é prorrogado porque no acordo tem vigência até 31 de dezembro. Com isso, as horas negativas novas não terão mais 18 meses para se compensar, mas sim seis meses, como prevê o acordo an-

terior. A representação dos bancários quer também que o banco se posicione e negocie a compensação das horas negativas. Não se pode prejudicar o funcionário que está trabalhando em todas as linhas de frente nesse momento de pandemia.

Mesmo com a decisão de prorrogar a vigência do acordo emergencial, ainda há o receio de que em algumas unidades do banco a garantia do não descomissionamento durante a pandemia seja desrespeitada, bem como o fim do teletrabalho e o retorno aos locais de trabalho.

Caso haja uma pressão do gestor, os sindicatos devem ser procurados para que tomem medidas necessárias para coibir essa prática.

ENTIDADES LANÇAM CAMPANHA PELA VALORIZAÇÃO DOS EMPREGADOS CAIXA

A Contraf-CUT, a Fenae, as Associações do Pessoal da Caixa (Apcefs), a Federação Nacional das Associações dos Gestores da Caixa (Fenag) e demais entidades representativas da categoria se unem para defender o empregado da Caixa. A Campanha de Valorização dos Bancários da Caixa foi lançada no dia 28 de dezembro com o objetivo de mostrar para a sociedade a importância dos trabalhadores que atuam para manter a Caixa forte para todos os brasileiros.

A falta de trabalhadores é uma pauta frequente da categoria. Depois do último Programa de Demissão Voluntária (PDV), o déficit atingiu mais de 19 mil postos de trabalho. O número deve aumentar, uma vez que ainda não foram divulgados os números de desligamentos do PDV. “Existe uma necessidade urgente que é dar melhores condições de trabalho para todos os empregados. Os colegas já estão sobrecarregados e a situação só piora. O cansaço é de todos e por isso a Caixa precisa contratar. A ampliação do quadro além de aliviar a sobrecarga também significa um atendimento melhor para a população”, avaliou a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), Fabiana Uehara Proscholdt.

Na última mesa de negociação com a CEE com a direção da Caixa, o banco afirmou não haver autorização da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) para fazer mais contratações, ignorando os trabalhadores que estão angustiados e adoecendo.

PANDEMIA – Na pandemia, os empregados, mais uma vez, trabalharam



intensamente para cumprir o papel social da Caixa. Foram nove meses de pagamento do auxílio emergencial para mais de 67 milhões de brasileiros, medida tomada para aliviar os efeitos da crise sanitária. Também foram os trabalhadores da Caixa que atenderam outros 50 milhões de brasileiros que buscaram o banco para receber outros benefícios emergenciais.

Mesmo com todo o trabalho realizado, e ao invés de reconhecer seus trabalhadores, a direção da Caixa segue cobrando metas desumanas. Além das metas abusivas, as jornadas extensivas de 10 ou 12 horas também têm atingido os empregados. O resultado de tanta pressão e sobrecarga de trabalho é o adoecimento do trabalhador.

COVID-19 – Outro mote da Campanha é o home office para proteção contra a pandemia. Os protocolos de saúde da Caixa, construídos junto com

os empregados se tornaram exemplo. Com o número de casos de contaminação por covid-19 aumentando em todo o país, as entidades cobram a manutenção do home office para salvar vidas. Em mesa de negociação ocorrida no dia 3/12, a Caixa informou a prorrogação até dia 31/01/2021.

FATIAMENTO – Essencial para uma sociedade mais igual, a Caixa tem sido o banco do desenvolvimento e da habitação. A Campanha também irá abordar as medidas do governo que tem atacado o banco público, fatiando suas áreas mais rentáveis e vendendo um patrimônio do Brasil. A MP 995, que privatiza a Caixa por meio de suas subsidiárias, editada em agosto de 2020, é uma delas. Apesar de ter perdido a validade, a MP preparou subsidiárias para a abertura da capital, como a Caixa Seguridade. Segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, a privatização deverá acontecer em fevereiro de 2021.

INTRANSIGÊNCIA DA CAIXA IMPEDE AVANÇO NA DISCUSSÃO SOBRE PROMOÇÃO POR MÉRITO

Os representantes dos empregados na Comissão Paritária da Promoção por Mérito recusaram a proposta da Caixa sobre a implementação da Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) como critério absoluto para avaliação da Promoção por Mérito referente ao ano de 2020.

Na reunião do dia 16 de dezembro, a Comissão propôs a distribuição linear de um delta para todos os empregados não enquadrados nos impedimentos previstos pelo RH 176 (os impedimentos são ter menos de 180 dias de efetivo exercício, mais que 3 faltas não justificadas, ter recebido censura ética, penalidade de suspensão ou de advertência, caso tenha recebido outra há menos de 5 anos). A Caixa recusou e indicou que os representantes dos trabalhadores apresentassem uma proposta alternativa para ser discutida. A reunião aconteceu dia 22/12.

Durante a reunião, os representantes dos empregados apresentaram uma proposta alternativa, trazendo elementos da GDP para a sistemática, que mantivesse a condição do empregado atingir um delta caso cumprisse os critérios objetivos. Mas a Caixa recusou porque o que o banco quer, de fato, é impor o GDP sem ouvir a representação dos empregados.

A Caixa não aceitou a proposta e manteve a posição inicial de somente utilizar os parâmetros da GDP, que já havia sido rechaçada pelos representantes dos empregados. Durante a reunião, a Caixa tentou justificar sua recusa ao dizer que os representantes dos empregados já haviam aceitado o GDP no ano passado. Em nenhum momento a Comissão aceitou ou sequer sinalizou acolher os parâmetros da GDP para avaliação. Pelo contrário, foi proposto que os critérios acordados no ano passado valessem por dois anos.

É importante lembrar que a promoção por mérito está prevista no Acordo Coletivo 2020/2022, na cláusula 51 do documento.

Além disso, a representação dos trabalhadores destaca que estabelecer a GDP como critério absoluto é aplicar uma avaliação que foi construída por somente um lado – o da Caixa. Ademais, não foram discutidos ainda os parâmetros da GDP e desde a Campanha Nacional os trabalhadores têm informado para a Caixa que querem abrir esse debate.



Veja a proposta da CEE/Caixa recusada pela Caixa

- 20 pontos para a frequência medida pelo Sipon;
- Curso da Universidade Corporativa Caixa que é cobrado no “eixo estilo” da GDP, valendo 20 pontos (podendo ser realizado até 28/02/2021);
- Pontuação extra: 5 pontos para quem tiver o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) válido em 31/12/2020;
- Pontuação extra: Ações de autodesenvolvimento, com 2 pontos por curso registrado no currículo; (A pontuação extra teria limite de 10 pontos)
- Avaliação de competências da GDP, valendo 20 pontos;

Desta maneira, o empregado que alcançasse 40 pontos nesta sistemática teria um delta. O segundo delta seria distribuído às maiores notas da unidade, como nos anos anteriores.

BANCÁRIOS APROVAM BALANÇO FINANCEIRO DO SINDICATO

O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou no dia 29/12, de forma virtual, uma assembleia para apreciar as contas do exercício 2019 e a proposta orçamentária para 2020. O balanço foi aprovado por 93% dos presentes à assembleia virtual, com 7% de abstenções.

A assembleia aconteceu em caráter extraordinário devido a impossibilidade de ter ocorrido anteriormente por conta da pandemia da Covid-19, conforme edital publicado na edição nº 1612, página 4, da Tribuna Bancária, obedecendo aos prazos estatutários.



PARCERIA: COLÉGIO BATISTA OFERECE DESCONTOS NA MATRÍCULA E MENSALIDADE PARA ASSOCIADOS

Conveniada com o Sindicato dos Bancários do Ceará, o Colégio Batista está oferecendo descontos na matrícula e mensalidades para os associados à entidade e seus dependentes.

Para matrículas realizadas até o dia 29/1, o desconto para os bancários associados é de 20%. Além do mais, para cada filho matriculado, o bancário tem direito a descontos progressivos: um filho – 30%; dois filhos – 30% e 35%; três filhos – 30%, 35% e 40%; quatro filhos – 30%, 35%, 40% e 45%.

Mais informações pelo whatsapp 99982 0145 (Dâmaris). Matrículas remotas pelo número 4008 2387. Os bancários podem visitar também o site da instituição (www.batista.g12.br).

DESCONTO TAMBÉM NAS MENSALIDADES!	
1 filho: 30%	3 filhos: 30%, 35%, 40%
2 filhos: 30%, 35%	4 filhos: 30%, 35%, 40%, 45%

Breves

Rede de médicos populares defende vacinação como obrigação do Estado

A Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares lançou uma nota em que defende que a vacinação contra a covid-19 deve ser uma obrigação do Estado, encaminhada pelo Sistema Único de Saúde, de forma que seja acessível a toda a população. Segundo a nota, o Programa Nacional de Imunização (PNI) do SUS tem um histórico de grande sucesso, com experiência bem sucedida em campanhas nacionais e que somente o pleno apoio e adequado incentivo financeiro e operacional ao PNI pode garantir equidade no acesso efetivo e seguro da população à vacina. Por meio da nota, o grupo ainda demonstra preocupação com a possibilidade de as desigualdades sociais do país interferirem no processo de imunização, com o dinheiro sendo o critério para quem irá se vacinar primeiro.

Para 69%, economia não vai melhorar em 2021

A expectativa da maioria da população brasileira com a economia do país em 2021 é de que não haverá melhora. É o que mostra pesquisa Datafolha, divulgada dia 4/1 pelo jornal Folha de S.Paulo. Para 69% não haverá recuperação neste ano. Entre todos os entrevistados, 41% acreditam que a economia vai piorar e 28% acham que a situação fica como está. Os dois segmentos somam os 69%. Isso significa que quase sete entre cada dez brasileiros mantêm previsões pessimistas para o ano. Os que acreditam que vai melhorar somam também 28%. Questionados sobre a perspectiva para sua própria situação econômica, 22% dizem que vai piorar, 46% avaliam que ficará como está e 31% esperam uma melhora. A pesquisa ouviu, por telefone, 2.016 pessoas. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS VOLTA AO NORMAL EM 2021 NO ITAÚ

Desde o último dia 4/1, o sistema de compensação do Itaú voltou a ser mensal. O período de acúmulo de horas negativas, conhecido como banco de horas, encerrou-se em 31 de dezembro de 2020 e o saldo acumulado deverá ser compensado até dezembro de 2021. Ainda este mês, a Contraf-CUT e a COE do Itaú se reúnem com o banco para definir as regras de compensação.

A representação dos funcionários orienta que os bancários que tiverem qualquer problema na compensação das horas, procurem o Sindicato, pois iremos repassar as demandas ao banco.

GRUPO DE RISCO – Os trabalhadores que se declararam como grupo de risco para Covid-19 e ainda estão afastados do trabalho presencial deverão enviar uma declaração médica detalhada e atualizada descrevendo o quadro de saúde e sua gravidade até o próximo dia 15 de janeiro.

Com base na documentação, será avaliada pela Área de Saúde a manutenção do afastamento ou o retorno ao trabalho. As faltas registradas



por esses colaboradores, do dia 4/1 até a avaliação, serão abonadas pelos gestores. Não devem enviar a documentação: gestantes, pessoas com 60 anos ou mais e pessoas com câncer, transplantadas ou que fazem uso de medicamento imunossupressores, pois devem continuar afastados do trabalho presencial automaticamente. O Itaú informou que essas recomendações poderão ser revistas ou complementadas a qualquer momento.

Questionado pela COE Itaú, o banco confirmou que quem não conseguir

entregar o relatório até o dia 15, por algum contratempo, esses dias serão abonados.

TELETRABALHO – O Itaú informou ainda que será efetuado, ainda em janeiro, o pagamento da ajuda de custo para os trabalhadores que estão em home office e aprovaram o acordo de teletrabalho. O valor será de R\$ 160,00 retroativo a novembro e dezembro, mais R\$ 480,00 do atual semestre, de janeiro a junho de 2021.

Miséria

O número de famílias em extrema pobreza cadastradas no Cadastro Único para programas sociais do governo federal superou a casa de 14 milhões e alcançou o maior número desde o final de 2014. Segundo dados do Ministério da Cidadania, o total de pessoas na miséria no Brasil hoje equivale a cerca de 39,9 milhões de pessoas. São consideradas famílias de baixa renda aquelas que têm renda de até R\$ 89 por pessoa (renda per capita). Além das famílias na miséria, havia em outubro outras 2,8 milhões de famílias em situação de pobreza, com renda per capita média de moradores entre R\$ 90 e R\$ 178. Durante o governo Bolsonaro, o número de famílias cadastradas em extrema pobreza saltou em 1,3 milhão.

Propaganda no exterior

Em dois anos de governo Bolsonaro, a Presidência da República gastou 17 vezes mais com propaganda no exterior do que todos os governos que o antecederam na última década. O governo Bolsonaro pagou R\$ 27,7 milhões, em 2020, e R\$ 11,7 milhões, em 2019, para “contrapor percepções equivocadas e descontextualizadas que, por vezes, surgem no cenário internacional”, segundo a Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social) afirmou ao Portal UOL. Sob os governos Lula (PT), Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), o Planalto gastou, no total, R\$ 2,14 milhões com propaganda no exterior. O aumento vai na contramão da diminuição de toda a verba publicitária da própria Secom.

“Brasil está quebrado e eu não consigo fazer nada”

Jair Bolsonaro afirmou dia 5/1 que o Brasil está quebrado e que ele não consegue fazer nada. Ele disse ainda que a pandemia de Covid-19 tem sido “potencializada pela mídia”. As declarações de Bolsonaro foram transmitidas por um site bolsonarista. As declarações do presidente destoam de posições apresentadas publicamente pela equipe econômica, que tem batido na tecla de que a atividade econômica do país está em plena recuperação. Bolsonaro já culpou a imprensa em outras ocasiões por, segundo ele, disseminar o pânico durante a pandemia. A Covid-19 já matou mais de 200 mil pessoas no Brasil.